



**Nathália Ferreira Guimarães** // “Colagem feita com a imagem (2022) do Comitê que faço parte o Comitê Popular de Luta Elza Soares (BH-MG) e imagens retiradas de calendário de bolso variados entre 1970 a 1980. Aos que brandam que a sua bandeira nunca será vermelha afirmamos que a nossa é da única cor que permite construir a esperança e resgatar nossa alegria: vermelho forte e vivo! Novamente os elementos da colagem são de tempos sombrios que assombraram nossa História mas de datas mais próximas de uma abertura democrática do que o fim desta. O Objetivo é trazer nos elementos da colagem a temporalidade das imagens na tentativa de pensar a dialética do tempo para estar com os pés firmes no presente e partir disso correr a passos largos ao encontro do futuro do povo brasileiro.”

**1** Artigo

# Sete compromissos com a Independência

Olivia Carolino Pires<sup>1</sup>

Resumo // Independências. Qual a particularidade da independência do Brasil em 1822? O presente artigo busca examinar a questão nacional num país em que a Independência da colônia consolidou o divórcio entre povo e nação. Desse modo as tarefas nacionais e populares não realizadas na formação do Estado-Nação são transmitidas a épocas posteriores e se manifesta como conteúdo das lutas de movimentos populares, democráticos e nacionais. Nessas lutas não se separa por liberdade da luta emancipatória. Tratando da hipótese de que na independência no Brasil não nasceu uma nação, trazemos a importância de reivindicar o nacionalismo revolucionário na perspectiva do povo brasileiro se conectar com a perspectiva de destino comum. Nesse sentido, o artigo relaciona os dilemas da questão nacional no Brasil com os sete compromissos do projeto popular, entendendo esses, como o terreno comum de lutas emancipatórias.

Palavra Chave // *Questão Nacional, Lutas emancipatórias, participação Popular.*

---

1 Olívia Carolino Pires, pesquisadora, é militante da organização Movimento Brasil Popular e integra a coordenação do Projeto Brasil Popular. Bacharel em economia, mestra em Desenvolvimento Econômico, na área de História Econômica e doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Integrou o corpo docente do departamento de Ciências Econômicas da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Fez parte da equipe de educadores populares do Centro de Educação Popular do Instituto Sedes Sapientiae. É professora na Escola Nacional Florestan Fernandes e na Escola Nacional Paulo Freire. Se dedica a processos de formação junto aos movimentos populares e sindicais no Brasil.

## Introdução

Qual a particularidade da Independência no Brasil? O presente artigo examina o vazio da questão nacional em um país em que o processo de independência consolidou a cisão entre povo e a nação.

Há duzentos anos que foi realizada a independência política de um país para aprisionar seu povo. O povo não participou, no sentido freiriano de protagonizar o processo e ter voz ativa para que suas aspirações se materializassem na relação que equaliza Estado-povo-nação. Não quer dizer que não lutou. A luta por liberdade e a luta de classes se articulam na luta por Independência. Foram inúmeras batalhas travadas portadoras do conteúdo da independência, no entanto, elas não assumiram a espessura de força social que defendesse aspirações gerais do povo brasileiro.

Continuou a prevalecer no Estado os interesses dos mesmos empreendimentos baseados em mão-de-obra escrava. A ausência de aspirações populares na independência fez com que essa ficasse limitada à emancipação política, vazia de conteúdo social.

A construção nacional no Brasil fracassou pela ausência da participação popular, que esvaziou a luta emancipatória de seu sentido nacional. As aspirações por democracia e de soberania ficaram pendentes de ser realizadas, foram retransmitidas a épocas posteriores e reaparecem como tarefas dos movimentos populares e são traduzidas nos sete Compromissos do Projeto Popular: compromisso com a democracia, com a soberania, com o desenvolvimento, com a sustentabilidade, com a solidariedade, como o feminismo e com a igualdade étnico-racial.

Partimos do entendimento de que na Independência do Brasil não nasceu uma nação. De modo que, no bicentenário da independência em 2022 segue pendente a necessidade do povo entrar na história como protagonista da construção nacional.

Com intuito de sustentar tal afirmação, faz-se necessário dedicar o primeiro momento desse artigo à reflexão sobre o que estamos entendendo sobre: o que é uma nação?

## O que é uma nação senão participação?

Desde o início das reflexões no ocidente os critérios de raça, língua, religião, geografia foram recusadas como legítimos para afirmar o que é uma nação. Uma nação como entendemos hoje e um conceito recente, “O que é uma nação?” É o título da conferência pronunciada por Ernest Renan na Sorbonne, Paris, França em 1882. Uma nação é entendida como um legado de recordações e o desejo de viver em conjunto, o que esse autor vai sintetizar na ideia de “uma nação é um plebiscito de todos os dias” (Renan, 2016). A percepção da vida humana organizada em bases nacionais como modo de sociabilidade específico articula um sentido político de povo – nação como uma grande solidariedade construída pelos sentimentos de sacrifício que fizeram e que ainda fariam como afirmação contínua da vida.

Um povo opera a conversão de azar em destino e se constitui como uma comunidade que se imagina limitada, no sentido que nenhuma comunidade política abarca a humanidade; e ao mesmo tempo se imagina como soberana relacionada à aspiração iluminista em ser livre. Essa é a formulação de nação que encontramos em Benedict Anderson (1993) em comunidades imaginadas, não no sentido de um artefato, mas de uma dimensão ideológica que compreende um sentido de destino comum. É necessário um engajamento e esforço coletivo de um povo em aderir a construção da nação a partir da consciência de sua mútua interdependência econômica e social, estendendo à partilha soberana da direção política e dos assuntos nacionais, nas palavras do antropólogo e sociólogo Marcel Mauss (2017).

Das muitas formas de apropriação do nacional em se tratando de luta de classes, Lenin já fazia a distinção de nacionalismo de nação opressora e nacionalismo de nação oprimida, atribuindo a esse último um conteúdo democrático geral. Com Eric Hobsbawm (1990) essa concepção de nação ganha contornos políticos mais claros quando ele equaliza Nação – Estado – Povo, de modo que o significado moderno de nação passa a ser o corpo de cidadãos cuja soberania coletiva os constituía como um Estado concebido como sua expressão política. A ideia de povo soberano teve funcionalidade nas Revoluções Burguesas, mas o que veio a caracterizar povo-nação, visto de baixo, foi precisamente o fato de ele representar o interesse comum contra o privilégio. Nesse sentido, a questão nacional pode assumir ideia que o autor vai chamar de *protonacionalismo popular* que se refere a um nacionalismo de tipo emancipador.

Michael Lowy (2008) mostra que é a partir da experiência histórica de movimentos de libertação nacional na Ásia, África e América Latina, essa *brecha teórica para a apropriação revolucionária do nacionalismo, se torna realidade. Algo em comum nos nacionalismos dos países que travaram batalhas anticoloniais é a necessidade de conceber a questão Nacional com “cabeça própria”, a partir das contradições particulares de suas respectivas formações sociais e econômicas.* Para ilustrar, esse que traço comum na perspectiva do Sul Global traçamos um paralelo entre José Carlos Mariátegui (1894-1930), Lima, Peru à E.M.S Namboodiripad (1909-1998), Kerala, Índia. Mariátegui vai mostrar que a questão nacional no Peru se confunde com o problema indígena e a partir daí cria as bases marxistas para abordar a questão indígena com parte de uma questão econômica e social que só seria enfrentada quando se mexesse na estrutura fundiária fruto da colonização do país; a contribuição de E.M.S. sobre a questão nacional indiana mostra que a sociedade de castas e a hegemonia do bramanismo resultou em uma estagnação constante, processo esse que enfraqueceu a Índia, deixando a porta aberta para o colonialismo europeu. Na Índia, muitas das formas de exploração do sistema pré-capitalista perduram e junto a elas um novo sistema de exploração como resultado do desenvolvimento capitalista se estabeleceu. A “questão nacional” é uma questão para esses povos que cabe ao povo resolver. Tanto Mariátegui quanto E.M.S. lutaram para organizar o povo e identificaram potencialidades revolucionárias a partir da questão nacional de seus respectivos países, buscando as contradições nos povos originários e no regime de castas. A contribuição desses autores sugere as bases para se pensar no nacionalismo revolucionário, que é uma contribuição original do marxismo do Sul Global com relação ao marxismo clássico.

O nacionalismo revolucionário produziu processos de emancipação e ao mesmo tempo (esses processos) forjaram nações livres e pobres. As lutas anticoloniais e lutas por libertação nacional produziram novas nações que na década de 1980 eram vistas como um conjunto de Estados falidos, um lugar de fome, miséria e desesperança que foram chamadas de nações do Terceiro Mundo. Vijay Prashad em *Darker Nations, a people's history of the third world* (2007), traduzido em português como *Uma História Popular do Terceiro Mundo* (2022) argumenta que o “Terceiro Mundo” não é um lugar, mas sim um projeto a partir das batalhas por um novo mundo a partir das batalhas dos povos da África, da Ásia e da América. As lutas anticoloniais ensinaram a vasta maioria do povo sobre as nocivas consequências do imperialismo. Isso fez com que o projeto do Terceiro

Mundo tivesse apoio popular. O projeto do Terceiro Mundo é uma unidade de propósito dos regimes que, pelo menos nas duas décadas que sucederam os anos de 1950, chegaram ao poder com significativa legitimidade popular. E, por um tempo, representaram um desafio para a ordem do pós-Segunda Guerra mundial, particularmente com sua agenda a favor do desarmamento, uma ordem econômica mais justa e por um mundo sem racismo. Ansiavam por dignidade acima de tudo relacionada às necessidades mais básicas da vida. O encontro de líderes como Jawaharlal Nehru da Índia, Gamal Abdel Nasser do Egito, Kwame Nkrumah de Gama, Fidel Castro de Cuba, entre outros, circunstâncias que proporcionaram forjar uma visão de mundo e criar um conjunto de instituições que exigiam por parte desses povos que atacaram o colonialismo para conquistar liberdade, igualdade política em âmbito mundial. O projeto do Terceiro Mundo entusiasmou militantes e artistas de diversas tradições políticas, de Nasser, Nehru, Sukarno à Nguyen Thi Binh e Ho chi Minh no Vietnã, Ben Bella, na Argélia, Nelson Mandela na África do Sul.

No entanto esse projeto tinha uma falha de origem. A luta contra forças coloniais e imperialistas impôs, via de regra, uma unidade entre classes sociais nesses países. Uma vez no poder, a unidade que havia sido preservada a todo custo tornou-se um fardo. A classe trabalhadora e o campesinato em muitos desses movimentos haviam aderido a uma aliança com os proprietários de terra e as emergentes elites industriais acreditando que o novo Estado promoveria um programa socialista. Em vez disso, o que se desenvolveu foram processos que combinaram a promessa da igualdade com manutenção da estrutura social. Em vez de fornecer os meios para criar uma sociedade inteiramente nova, esses regimes protegiam as elites entre as velhas classes sociais ao mesmo tempo que produziam elementos de bem estar para o povo. Nas décadas de 1940 a 1970 a consistente pressão dos trabalhadores, o prestígio dos partidos de libertação nacional e o consenso mundial acerca do uso do Estado para criar demanda agregada constrangia o exercício de poder das classes dominantes. Já na década de 1970, essas nações já não eram mais novas e suas debilidades eram numerosas. A impossibilidade de superar a asfixia do capital financeiro levaram a uma crise financeira e fiscal em grande parte do Terceiro Mundo (Prashad, 2022).

Um resultado da extinção da agenda do Terceiro Mundo foi o crescimento de formas de nacionalismo cultural nas nações mais escuras. Ativismos de todos os tipos surgiram para preencher o espaço anteriormente assumido por várias formas de nacionalismos que se articulavam com socialismo e libertação

nacional. Religião fundamentalista, raça e formas não reconstituídas de poder de classe surgiram sob os destroços do projeto do Terceiro Mundo.

Em contraposição a tendências facistizantes e a nacionalismos culturais, a reivindicação do nacionalismo revolucionário, dentre as diversas formas de apropriação da questão nacional, diz respeito à centralidade na política. A nação no Brasil precisa se reconectar com a perspectiva de destino comum como modo de superar a profunda cisão do povo com sua pátria. Na política isso se traduz no compromisso com a Soberania Popular que vem a ser autodeterminação do povo brasileiro para escolher e decidir sobre seu próprio destino, sobre os rumos da vida social e bens comuns. Isso quer dizer, atuar no sentido da estruturação de um destino nacional soberano capaz de gerar um futuro inédito sequestrado nos Movimentos de Independência.

## A restituição da nação ao povo é um processo violento de descolonização

Os Movimentos de Independência no início do século XIX (1808-1829) na América Latina foram pioneiros na formação política do Estado Nação moderno. As comunidades *criollas* conceberam precocemente a ideia da sua nacionalidade, muito antes que a maior parte da Europa. No entanto, dado o grau de desenvolvimento do capitalismo, a forma da nação como uma comunidade imaginada na América Latina não pôde se universalizar.

Esse desafio em imaginar-se enquanto *povo-nação* é uma ousadia que ainda está por vir. Um fator central que obstrui a imaginação é a violência, protagonista do processo de colonização dessa comunidade. A principal consequência da expansão mercantil foi lançar as sociedades nativas de imediato à condição de sociedades rejeitadas, aptas ao extermínio de povos inteiros, ou sociedades subjugadas, de exploração até o limite último de suas forças físicas, ou seja, é a ideia do modo de ser da humanidade particular que nega as outras, do ponto de vista do conflito social.

Em Letizia (2014) encontramos a ideia de que do desfecho desse conflito se deu o primeiro molde gerador da forma social das colônias, que tem como protagonista a violência que imprime sua característica nas formas de exploração no continente à medida que o homem dispõe do homem e da natureza

de maneira brutal. Essa prática de “dureza interna” marca as relações sociais até hoje como desdobramento da contradição que trouxe as colônias ocidentais à existência enquanto comunidades distintas das dos colonizadores. A violência é o “tipo de contradição” ou é “a marca” de como a contradição vai se desenvolver no processo histórico do continente americano. Identificar a violência como força motriz do processo revela o fundamento predominante nas relações sociais marcadas pela violência exacerbada das forças opressoras dos Estados Nacionais, pelo desprezo à vida, pela prática da opressão e humilhação e notadamente pela exploração da força de trabalho. A violência em negar as aspirações emancipatórias da modernidade a esses povos os obrigam a ir além das aspirações modernas de igualdade e liberdade para existirem enquanto nações.

Nessa perspectiva de apontar a violência para entender o tipo de contradição que desencadeia o processo histórico em sociedades coloniais, Frantz Fanon (1979) em *Os condenados da Terra* desenvolve a ideia de que a libertação nacional ou o renascimento nacional, a restituição da nação ao povo sempre será um processo violento de descolonização, porque será sempre uma substituição de uma “espécie de homens por uma outra espécie de homens”. Nesse sentido, o colonizado descobre o real e o transforma no movimento da sua práxis, no exercício da violência, no seu projeto de libertação.

Esse elemento que nos ajuda a qualificar a violência trata-se de um processo de negar a humanidade dos povos colonizados que se transformaram imediatamente em aptos ao extermínio. Até hoje considerados povos disponíveis a serem eliminados, morrer de violência, fome, desemprego, vírus ou migrações forçadas. A luta por existir enquanto Seres Humanos precede a luta nacional e a própria luta de classes. É a luta pelo direito de existir, existir enquanto povo. Luta pelo direito de ser alguém. Só alguém reconhecido como alguém pode aspirar se organizar em bases nacionais com outros que por ele tem reconhecimento.

Essa é a natureza da violência que o povo precisa enfrentar para participar; se colocar na política como sujeito é uma dimensão do compromisso com a Democracia Popular que diz respeito a criar condições de participação eletiva para esse povo silenciado ter voz e ser protagonista de processos de emancipação.



## Tarefas não realizadas na passagem da sociedade colonial à sociedade nacional seguem pendentes como conteúdo programático do projeto de desenvolvimento nacional

Para sustentar o compromisso com o Desenvolvimento Nacional e com a Sustentabilidade que supere a condição de nação inacabada é preciso desenvolver a hipótese de que ao esvaziar a luta emancipatória de seu sentido nacional as tarefas não realizadas no processo de Independência reaparecem transmitidas a épocas posteriores. A construção de novas nações se deu sob a liderança de burguesias nativas que capitanearam a luta emancipatória. Desse modo, as aspirações nacionais que a modernidade alçara a partir da Europa repercutiram entre o povo das ex-colônias, mas, aliados do processo emancipatório, ficaram as aspirações pendentes de serem realizadas, sem aplicação na forma de Estado-nação que se constituiu.

A aspiração da “Liberdade e Igualdade” não realizada na Independência da América Latina reaparece como movimentos nacionalistas, que vão repercutir nos povos como movimentos anti-imperialistas.

O nacionalismo popular foi assumido por camadas sociais médias urbanas que são facilmente atraídas para o industrialismo burguês. O fato de ressurgir a questão da independência sob a forma de nacionalismo popular significa que a questão da constituição de uma nação deixou de ser preocupação dos intelectuais da burguesia e passou a ser uma aspiração de todo o povo das cidades, o que se manifestou no florescimento artístico de cunho nacionalista como na Semana de Arte Moderna e no auge do Movimento Tenentista, há cem anos, em 1922.

Quando os explorados e oprimidos finalmente entram nesse processo, já o fazem sob a influência da Internacional Comunista, que lhe dá a conotação de luta anti-imperialista. Via de regra, os Partidos Comunistas apoiaram-se no conflito, dos anos trinta do século XX, entre o industrialismo burguês e seus opositores burgueses internos e externos, e alimentaram o mito das burguesias supostamente nacionalistas.

O falso o nacionalismo das burguesias não impede que o movimento operário seja real e avance por entre as fissuras da ordem pós-colonial e o surgimento de fortes organizações operárias, assim como de sindicatos e um movimento

operário pujante. Ao analisar o movimento operário preso ao esquema burguesia *versus* proletariado coloca limites para captar as aspirações de longa duração histórica do povo brasileiro. Relaciona-se a isso a dificuldade de compreender fenômenos como O 2 de Julho (1823), Canudos (1896), Contestado, Caifazes, do Dragão do Mar, a experiência do Cangaço ao Tenentismo (1922) que não cabem dentro do esquema explicativo mecânico do marxismo.

Nesse sentido, um Projeto de Desenvolvimento Popular é portador dessas aspirações populares de longa duração histórica e expressa a necessidade de o povo brasileiro desenvolver seu real potencial. O conteúdo programático – ou seja, as medidas para o desenvolvimento econômico – traduz a dinâmica da luta de classes; aborda questões que se apresentam como urgentes de serem abordadas, em articulação com o projeto de longo prazo de transformação radical dessa mesma sociedade. Cada vez que o povo entra na história como protagonista de processos, se coloca disputa de projeto de sociedade. A elaboração programática avança numa correlação direta com a construção de força social. A plataforma programática avança nos movimentos populares e sindicais em que existe luta e força social organizada. No Brasil, podemos afirmar que as tarefas não realizadas no processo de Independência reaparecem transmitidas a épocas posteriores. Por exemplo, desde o programa abolicionista, e nas crises dos anos 30, 60 e 80 emergiram projetos de país que pensaram as contradições a partir do povo. Esses projetos de natureza populares e democratizante foram derrotados por projetos que davam uma resposta antinacional, antidemocrática e antipopular às respectivas crises.

O imbricamento da questão nacional com a questão social no Brasil gera uma profunda desigualdade de classe e raça. No Brasil, a luta abolicionista foi o elemento dinâmico da questão nacional no final do século XIX, ao não se efetivar o programa abolicionista essas tarefas seguem pendentes e reaparece também como conteúdo dos movimentos populares que colocam povo em movimento no sentido de organizar-se em função de sua libertação.

## Trauma nacional: o medo da burguesia do povo entrar na história como protagonista da construção nacional

A esse movimento relaciona-se o trauma nacional baseado no medo da burguesia do povo entrar na história organizado como classe e protagonizar a construção da nação. Esse medo acompanha o imaginário burguês possivelmente desde o século XIX quando a rebelião contra a infâmia da escravidão aconteceu na colônia francesa no caribe, Saint-Domingue, Haiti (1791-1804). Eduardo Grunner (2010) mobiliza essa ideia de que a modernidade, processo multifacetado de visão de mundo que aponta para as luzes, é portadora da infâmia da escravidão.

O significado da Revolução haitiana é ser a única rebelião de escravos que se transformou, em seu momento, entre fins do século XVIII e início do século XIX em uma Revolução integral, capaz de tomar o poder. Não somente a primeira revolução independentista da América Latina, mas, como a mais radical e autêntica revolução no sentido moderno, da ideia de revolução como uma completa transformação das assim chamadas estruturas socioeconômicas, políticas e ideológico-culturais.

Trata-se da revolução mais decisiva para a modernidade, em seu conjunto, não apenas para a América Latina, porque, nas palavras do Grunner se trata de uma “meta-revolução”: porque colocou em questão as pretensões universais das outras revoluções modernas, mostrou outra “modernidade”, uma modernidade *dividida contra si mesma*.

O capitalismo, a modernidade, vende progresso e civilização, mas, oculta que a protagonista é a violência, e foi contra essa violência que a revolução do Haiti se rebelou, jogou luz à obscuridade da modernidade.

A luta popular vem jogando luz à infâmia do machismo e do racismo que se desdobram de relações patriarcais que estão na estrutura dessas sociedades. O compromisso com o Feminismo Popular e com a Igualdade Étnico-Racial são elaborações originais a partir dos processos emancipatórios dos povos de herança colonial e relaciona-se aos traumas da formação social e econômica do capitalismo nessas latitudes.

No século XX em Cuba ficou demonstrada uma regularidade da revolução na América Latina: a revolução que aqui amadurece é a revolução socialista. Ficou também demonstrado que não se pode ir ao socialismo, senão com bandeiras

democráticas anti-imperialistas. Não se pode atingir o socialismo senão pela via da revolução democrática anti-imperialista, mas tampouco se pode consumir a revolução democrática anti-imperialista sem atingir o socialismo. De maneira que entre ambas há uma ligação essencial indissolúvel, são facetas de uma única revolução e não duas revoluções. (Handal, 2007).

Quando o povo entra na história da construção nacional, supera a condição de nação inacabada com revolução. Em Cuba ficou demonstrado o medo do século XX ao povo se apropriar das bandeiras nacionais de conteúdo democrático e anti-imperialista na transição ao socialismo.

Parafraseando Schafik Handal (1930-2006) para delinear o medo do século XXI: na Venezuela fica demonstrado que é possível construir um governo democrático e popular pela via eleitoral combinado com a luta de massas. Viabilizar um governo democrático e popular pode fazer avançar a aplicação do programa popular, qualificar o termo participação nas políticas públicas, contribuir em criar condições para um ascenso de lutas populares de massa. A Venezuela demonstra que o Estado é permeável à luta de classes e uma experiência de um povo que há vinte anos aprende a exercer poder e por esse motivo tem condições de resistência a ofensiva imperialista.

Essas experiências históricas que nos remetem à necessidade do povo entrar organizado e consciente na história como protagonistas de um projeto de construção nacional.

## As bases da nacionalidade: contra deformação da nação

Pensar o futuro de forma radical significa ir a “raiz” da nossa nacionalidade de Abaporu. Ao longo na nossa história foram inúmeras tentativas de traduzir a nacionalidade e, geralmente, a caracterização nacional é vista como patológica ou deformada. Essa caracterização pode atuar como algo que compromete a autoestima da nacionalidade, mas por outro lado, carrega a possibilidade de uma forma a partir da qual se gesta algo novo, um povo novo, com inúmeras possibilidades.

Na experiência recente foi a partir da prática com Compromisso com a Solidariedade que a participação popular encontrou uma brecha para lançar luz à questão nacional. Em um momento dramático na história do Brasil devastado

pela fome, desemprego e pelas mortes do coronavírus a vivência do povo salvando a vida do povo gesta um embrião para a conexão de povo e pátria.

A partir das ações de solidariedade os movimentos populares puderam alterar a qualidade do vínculo com o povo e proporcionaram avanços na concepção e prática de educação popular para contribuir com a construção de força social capaz de tomar as rédeas da construção do país. A partir das campanhas de solidariedade se coloca o desafio de transitar para a política de solidariedade e, com as eleições presidenciais de 2022, desenha-se a possibilidade de transitar o desafio de aliar a política pública à participação popular. As bases na nossa nacionalidade passam por criar condições à participação do povo na elaboração, execução e avaliação dos rumos da nação.

Num país cindido pela violência política, os sete compromissos do Projeto Popular: democracia, soberania, desenvolvimento, sustentabilidade, solidariedade, feminismo e igualdade étnico-racial são paradigmas de uma sociedade que se sabe inacabada. Superar a crise de destino do Brasil passa por compreender esses dilemas na análise de longa duração histórica e ousar no presente se comprometer com as condições de garantir a participação e exercício do poder popular nos processos políticos. Uma nação parida pela luta popular insiste em nascer livre com duzentos anos de batalhas travadas para poder participar e para participar do Poder.



## Bibliografia

ANDERSON, Benedict (1993). *Comunidades Imaginadas- reflexiones sobre el origen y la difusión del nacionalismo*. México, Ed Fondo de Cultura Económica.

FANON, Frantz (1979). *Os condenados da Terra*. 2 ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

GRUNER, Eduardo (2010). *La oscuridad y las Luces – Capitalismo, cultura y revolución*. Buenos Aires, Edbasa. HANDAL, Shafik. *O Poder, o caráter, a via da Revolução e a unidade da esquerda* IN CANALES, Tirso. *Shafique Handal por la senda revolucionária*. El Salvador. Editorial Memoria, 2007.

HOBSBAWM (1990). *Nações e Nacionalismos desde 1780: programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra.

LETIZLA, Vito Antonio (2014). *Contradições que movem a história do Brasil e do Continente Americano*. 1 ed., São Paulo, Organização: CEMAP / Interludium.

LOWY (2008). *Nationalismes du Sud*. Paris, Critique Communiste, n. 144 .

MAUSS, Marcel. (2017). *A Nação*. São Paulo, Editora Três Estrelas.

PRASHAD, Vijay. (2022). *Uma História Popular do Terceiro Mundo*. 1Ed São Paulo, Expressão Popular.

RENAN, Ernest (2016). *Qu'est-ce qu'une nation?*. Paris, Berd Internacional.

Tricontinental(2021). *Amanhecer: marxismo e Libertação nacional*. Dossie n.37, fevereiro 2021.

